

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

Proc. n.º 39/24 - “Aquisição de serviços para elaboração dos projetos de execução para reabilitação e requalificação de diversas escolas”

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	2
CLÁUSULA 1.ª (OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO).....	2
CLÁUSULA 2.ª (PREÇO BASE)	12
CLÁUSULA 3.ª (CONTRATO)	12
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	13
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	13
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	13
CLÁUSULA 4.ª (OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS)	13
CLÁUSULA 5.ª (PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	14
CLÁUSULA 6.ª (ENTREGA DO SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO).....	14
SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E, SE	
APLICÁVEL, PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM	17
CLÁUSULA 7.ª (OBJETO DO DEVER DE SIGILO).....	17
CLÁUSULA 8.ª (PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)	17
CLÁUSULA 9.ª (PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM (A CONSIDERAR SE	
APLICÁVEL)).....	20
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	20
CLÁUSULA 10.ª (PREÇO CONTRATUAL).....	20
CLÁUSULA 11.ª (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)	21
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	22
CLÁUSULA 12.ª (PENALIDADES CONTRATUAIS)	22
CLÁUSULA 13.ª (FORÇA MAIOR)	22
CLÁUSULA 14.ª (RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO).....	24
CLÁUSULA 15.ª (FORO COMPETENTE)	24
CLÁUSULA 16.ª (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL)	24
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS	24
CLÁUSULA 17.ª (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL).....	24



Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª (OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO)

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE EXECUÇÃO PARA REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE DIVERSAS ESCOLAS”.

2. Especificações do serviço

LOTE 1 - PROJETO DE EXECUÇÃO PARA REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB 2, 3 DE LOUREIRO

Pretende-se a elaboração de projeto de execução para reabilitação, requalificação e ampliação da Escola Básica (EB) 2, 3 de Loureiro, sita na Rua Afonso III, 3720-051 Loureiro (Oliveira de Azeméis), com vista a albergar em parte alunos do Primeiro Ciclo da EB1/Jardim de Infância (JI) de Alumieira e permitir a abertura de Ensino Secundário/Profissional na EB 2,3 de Loureiro, devendo, para o efeito, ser tido em conta, as seguintes necessidades:

Novos espaços:

- i. 4 (quatro) salas de aula – Primeiro Ciclo (mínimo 50m² cada)
- ii. 3 (três) salas de aula – Ensino Profissional/Secundário (mínimo 50m² cada)
- iii. 1 (uma) sala polivalente (mínimo 100 m²)
- iv. 1 (uma) sala unidade NEE - necessidades educativas especiais (mínimo 90m²)
- v. 1 (um) gabinete de psicologia (mínimo 20 m²)
- vi. Ampliação espaço interior coberto para convívio de alunos / Apoio CAF – componente de apoio à família





Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

Adaptação de espaços:

- i. 1 (uma) sala oficina - Profissional (mínimo 90m²) – Conversão do espaço devoluto junto ao campo (antigos balneários)
- ii. 1 (um) gabinete atendimento aos pais – Atual Sala NEE
- iii. 1 (uma) sala funcionários – Atual Sala NEE
- iv. Relocalização da Biblioteca para o rés-do-chão, salas junto ao bufete. Criação do mesmo número de salas onde atualmente é a biblioteca.
- v. Requalificação da portaria.

Assim, o prestador de serviços deverá garantir:

- a) no âmbito da modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, a elaboração de relatório de inspeção e diagnóstico das patologias encontradas e solução para as mesmas, acompanhado de um levantamento arquitetónico da existente e respetivas pormenorizações de execução;
- b) a elaboração de levantamento arquitetónico e levantamento topográfico da parcela e área envolvente, e cadastro de redes internas e externas ao edifício dentro do domínio privado;
- c) a elaboração de proposta de acessibilidades à escala adequada, conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 163/2006, 08 de agosto e eliminação de barreiras arquitetónicas;
- d) a elaboração de todos os Projetos de Especialidades adequados à reabilitação, requalificação e ampliação deste edifício. Caso alguma especialidade não seja necessária deve ser devidamente identificada e legalmente justificada.

Notas:

- 1- Deverá ser garantido que os métodos/sistemas construtivos sejam os mais eficazes, económicos e duráveis, quer ao nível da conceção quer ao nível de execução, tendo sempre patente a componente de eficiência energética;





Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

- 2- No âmbito do disposto na alínea d) do artigo 15.º da Portaria n.º 255/2023 de 07 de agosto, caso seja reconhecido ou necessário o estudo geotécnico ou geológico, nos termos definidos pelo autor do projeto, este será ao encargo e responsabilidade do adjudicatário.

LOTE 2 - PROJETO DE EXECUÇÃO PARA REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB 2,3 DR. JOSÉ PEREIRA TAVARES

Pretende-se a elaboração de projeto de execução para reabilitação, requalificação e ampliação da EB 2, 3 Dr. José Pereira Tavares, sita na Rua Padre Bernardo Xavier Coutinho, 3720-464 Pinheiro da Bemposta (Oliveira de Azeméis), com vista a albergar a totalidade dos alunos da EB1/JI do Curval. A Escola da Areosa albergará a resposta de JI, devendo, para o efeito, ser tido em conta, as seguintes necessidades:

Novos espaços:

- i. 6 (seis) salas de aula – Primeiro Ciclo (mínimo 50m² cada)
- ii. Sala Polivalente (mínimo 100 m²)

Adaptação de espaços:

- i. Relocalizar a biblioteca para o rés-do-chão. Criação do mesmo número de salas onde atualmente é a biblioteca.
- ii. Sala de atendimento aos pais – Parte da antiga secretaria
- iii. Requalificação da portaria

Assim, o prestador de serviços deverá garantir:

- a) no âmbito da modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, a elaboração de relatório de inspeção e diagnóstico das patologias encontradas e solução para as mesmas, acompanhado de um levantamento arquitetónico da existente e respetivas pormenorizações de execução;
- b) a elaboração de levantamento arquitetónico e levantamento topográfico da parcela e área envolvente, e cadastro de redes internas e externas ao edifício dentro do domínio privado;



CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

- c) a elaboração de proposta de acessibilidades à escala adequada, conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 163/2006, 08 de agosto e eliminação de barreiras arquitetónicas;
- d) a elaboração de todos os Projetos de Especialidades adequados à requalificação e ampliação deste edifício. Caso alguma especialidade não seja necessária deve ser devidamente identificada e legalmente justificada.

Notas:

- 1- Deverá ser garantido que os métodos/sistemas construtivos sejam os mais eficazes, económicos e duráveis, quer ao nível da conceção quer ao nível de execução, tendo sempre patente a componente de eficiência energética;
- 2- No âmbito do disposto na alínea d) do artigo 15.º da Portaria n.º 255/2023 de 07 de agosto, caso seja reconhecido ou necessário o estudo geotécnico ou geológico, nos termos definidos pelo autor do projeto, este será ao encargo e responsabilidade do adjudicatário.

LOTE 3 - PROJETO DE EXECUÇÃO PARA REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB 2, 3 DE CARREGOSA

Pretende-se a elaboração de projeto de execução para reabilitação, requalificação e ampliação da EB 2, 3 de Carregosa, sita na Avenida da República, 3720-017 Carregosa (Oliveira de Azeméis), com vista a albergar a totalidade dos alunos da EB1/JI de Azagães, devendo, para o efeito, ser tido em conta, as seguintes necessidades:

novos espaços:

- i. 6 (seis) Salas de aula - Primeiro ciclo (mínimo 50m² cada)
- ii. 2 (duas) salas da pré (mínimo 50m² cada)
- iii. 1 (uma) Sala CAF/AAAF (mínimo 60 m²)

Assim, o prestador de serviços deverá garantir:

- a) no âmbito da modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, a elaboração de relatório de inspeção e diagnóstico das patologias

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

encontradas e solução para as mesmas, acompanhado de um levantamento arquitetónico da existente e respetivas pormenorizações de execução;

- b) a elaboração de levantamento arquitetónico e levantamento topográfico da parcela e área envolvente, e cadastro de redes internas e externas ao edifício dentro do domínio privado;
- c) a elaboração de proposta de acessibilidades à escala adequada, conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 163/2006, 08 de agosto e eliminação de barreiras arquitetónicas;
- d) a elaboração de todos os Projetos de Especialidades adequados à requalificação e ampliação deste edifício. Caso alguma especialidade não seja necessária deve ser devidamente identificada e legalmente justificada.

Notas:

- 1- Deverá ser garantido que os métodos/sistemas construtivos sejam os mais eficazes, económicos e duráveis, quer ao nível da conceção quer ao nível de execução, tendo sempre patente a componente de eficiência energética;
- 2- No âmbito do disposto na alínea d) do artigo 15.º da Portaria n.º 255/2023 de 07 de agosto, caso seja reconhecido ou necessário o estudo geotécnico ou geológico, nos termos definidos pelo autor do projeto, este será ao encargo e responsabilidade do adjudicatário.

LOTE 4 - PROJETO DE EXECUÇÃO PARA REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1 FONTE JOANA

Pretende-se a elaboração de projeto de execução para reabilitação, requalificação e ampliação da EB1, n.º 4 Fonte Joana, sita na Rua da Imprensa Oliveirense, n.º 416 3720 - 305 Oliveira de Azeméis, com vista à eliminação dos contentores e à integração do JI n.º 4 de Oliveira de Azeméis (Abelheira), devendo, para o efeito, ser tido em conta, as seguintes necessidades:

Novos espaços:

- i. 4 (quatro) Salas de aula – 2 Primeiro Ciclo e 2 de Pré-Escolar (mínimo 50m² cada)
- ii. Biblioteca (mínimo 60 m²)



Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

- iii. Refeitório (mínimo 90 m²)
- iv. Sala de CAF (mínimo 60 m²)
- v. Sala de AAAF (mínimo 50 m²)

Adaptação de espaços:

- i. Sala de professores (mínimo 20m²)
- ii. Sala Apoio Individualizado (mínimo 16m²)
- iii. Sala Apoio Assistentes Operacionais (mínimo 20m²)
- iv. Espaço para arrumos (mínimo 20 m²)

Assim, o prestador de serviços deverá garantir:

- a) no âmbito da modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, a elaboração de relatório de inspeção e diagnóstico das patologias encontradas e solução para as mesmas, acompanhado de um levantamento arquitetónico da existente e respetivas pormenorizações de execução;
- b) a elaboração de levantamento arquitetónico e levantamento topográfico da parcela e área envolvente, e cadastro de redes internas e externas ao edifício dentro do domínio privado;
- c) a elaboração de proposta de acessibilidades à escala adequada, conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 163/2006, 08 de agosto e eliminação de barreiras arquitetónicas;
- d) a elaboração de todos os Projetos de Especialidades adequados à requalificação e ampliação deste edifício. Caso alguma especialidade não seja necessária deve ser devidamente identificada e legalmente justificada.

Notas:

- 1- Deverá ser garantido que os métodos/sistemas construtivos sejam os mais eficazes, económicos e duráveis, quer ao nível da conceção quer ao nível de execução, tendo sempre patente a componente de eficiência energética;





Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

- 2- No âmbito do disposto na alínea d) do artigo 15.º da Portaria n.º 255/2023 de 07 de agosto, caso seja reconhecido ou necessário o estudo geotécnico ou geológico, nos termos definidos pelo autor do projeto, este será ao encargo e responsabilidade do adjudicatário.

LOTE 5 - PROJETO DE EXECUÇÃO PARA REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1 DE OSSELA

Pretende-se a elaboração de projeto de execução para reabilitação, requalificação e ampliação da EB 1 de Ossela, sita na Rua de Selores, n.º 340, 3720-191 Ossela (Oliveira de Azeméis), com vista à eliminação dos contentores e à integração do JI de Vermoim, devendo, para o efeito, ser tido em conta, as seguintes necessidades:

Novos espaços:

- i. 4 (quatro) Salas de aula - 2 Primeiro Ciclo e 2 de Pré-Escolar (mínimo 50m² cada)
- ii. Biblioteca (mínimo 60 m²)
- iii. Refeitório (mínimo 90 m²)
- iv. Sala CAF/AAAF (mínimo 90 m²)
- v. Sala apoio Assistentes Operacionais (mínimo 20m²)
- vi. Sala Professores (mínimo 20m²)
- vii. 2 (dois) Espaços para arrumos (mínimo 8 m² cada)
- viii. 1 (um) Gabinete de atendimento (mínimo 16 m²)

Assim, o prestador de serviços deverá garantir:

- a) no âmbito da modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, a elaboração de relatório de inspeção e diagnóstico das patologias encontradas e solução para as mesmas, acompanhado de um levantamento arquitetónico da existente e respetivas pormenorizações de execução;





Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

- b) a elaboração de levantamento arquitetónico e levantamento topográfico da parcela e área envolvente, e cadastro de redes internas e externas ao edifício dentro do domínio privado;
- c) a elaboração de proposta de acessibilidades à escala adequada, conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 163/2006, 08 de agosto e eliminação de barreiras arquitetónicas;
- d) a elaboração de todos os Projetos de Especialidades adequados à requalificação e ampliação deste edifício. Caso alguma especialidade não seja necessária deve ser devidamente identificada e legalmente justificada.

Notas:

- 1- Deverá ser garantido que os métodos/sistemas construtivos sejam os mais eficazes, económicos e duráveis, quer ao nível da conceção quer ao nível de execução, tendo sempre patente a componente de eficiência energética;
 - 2- No âmbito do disposto na alínea d) do artigo 15.º da Portaria n.º 255/2023 de 07 de agosto, caso seja reconhecido ou necessário o estudo geotécnico ou geológico, nos termos definidos pelo autor do projeto, este será ao encargo e responsabilidade do adjudicatário.
3. A prestação deste serviço compreende, para todos os lotes, as seguintes fases:
- a. Estudo Prévio
 - b. Anteprojeto
 - c. Projeto de Execução
 - d. Assistência Técnica à obra

e deverá atender aos seguintes requisitos:

- e. Os projetos serão entregues em formato digital dwg, dwf e pdf;
- f. Terão de obedecer às disposições legais aplicáveis a cada um e ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto; bem como o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.



CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

g. Deverão ser também entregues em excel (desbloqueado) os mapas de medições, quantidades de trabalhos e estimativas orçamentais para todos os projetos referidos.

NOTA: Para a apresentação dos Mapas de Quantidades e os Orçamentos, deverá ser tido em conta as seguintes regras:

- 1.^a – Os Mapas de Quantidades de trabalhos e os Orçamentos são apresentados em ficheiros informáticos, uma versão executável em «excel», extensões xls ou xlsx, e outro em versão para impressão, extensão pdf;
- 2.^a – Os ficheiros executáveis não podem conter linhas, colunas e células ocultas, nem devem conter fórmulas;
- 3.^a – A elaboração dos Mapas de Quantidades de trabalhos e os Orçamentos devem obedecer às disposições legais em vigor, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos quanto à inclusão da expressão do «... do tipo ... ou equivalente...», quando aplicável;
- 4.^a – Na primeira coluna, «Artigos», é indicada a numeração dos Capítulos, Artigos, Alíneas, que deve ser sequencial, sendo todas as células utilizadas numeradas sequencialmente. Não podem existir células sem numeração. Ver o Anexo 1 (a título de exemplo), nomeadamente o artigo 6.1.1.2;
- 5.^a – A segunda coluna, «Designação», destina-se a ser preenchida com a descrição dos Capítulos, dos Artigos e das Alíneas;
- 6.^a – Na terceira coluna, «Unidade», são indicadas a unidade de cada artigo ou alínea, respeitando o Sistema Internacional (SI), ver o Decreto-Lei n.º 76/2020, de 25 de setembro, e quando não existir unidade prevista no SI usar a unidade compatível prevista no Anexo 2;
- 7.^a – Na quarta coluna, «Quantidade», são inseridas as quantidades relativas a cada artigo ou alínea, não podendo existir decimais ocultos;

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

8.^a – Havendo um artigo com várias alíneas, cada uma com a sua quantidade, a indicação das unidades faz-se na linha de cada alínea e não uma única vez na linha do artigo, ver Anexo 1;

9.^a – Estando previstas regras gerais aplicáveis a todo o Mapa de Quantidades estas devem ser incluídas num único capítulo com o número zero «0». Havendo vários artigos, serão numerados 0.1, 0.2, etc.;

10.^a – As anotações a um Capítulo ou a um Artigo serão numerados com um zero «0». Exemplo, anotação ao capítulo 1, terá a numeração 1.0, os restantes artigos 8.1, 8.2, etc.. Sendo uma anotação ao artigo 1.1, terá a numeração 1.1.0 e as restantes alíneas 1.1.1, 1.1.2, etc.;

h. A elaboração dos projetos pressupõe a respetiva assistência técnica;

i. Os custos com a aprovação dos projetos de especialidade e a emissão dos certificados pelas entidades competentes ficarão a cargo do dono de obra/entidade adjudicante, com a salvaguarda de serem necessárias taxas adicionais para correção de projetos, estas serão a cargo do adjudicatário.

As unidades a utilizar, nomeadamente, nas peças referidas na alínea g) deste número e noutras peças dos projetos, obedecerão ao disposto no Decreto-Lei n.º 76/2020, de 25 de setembro, sob pena da aplicação das contraordenações nele previstas.

4. A cobertura, através de contratos de seguro inerentes à presente prestação de serviços, é da responsabilidade do prestador de serviços. O Município de Oliveira de Azeméis pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

5. Qualquer elemento afeto à equipa só poderá ser substituído com o expresse e prévio consentimento do Município de Oliveira de Azeméis.



Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

CLÁUSULA 2.ª (PREÇO BASE)

Para efeitos do artigo 47º, n.º 1, 3 e 4, do CCP, o preço base foi fixado tendo em consideração o valor obtido através das consultas preliminares prevista no artigo 35.º-A, do CCP, bem como as especificações previstas na cláusula 1ª, do caderno de encargos, no montante de:

- a) **LOTE 1** (*Projeto de execução para reabilitação, requalificação e ampliação da EB 2, 3 de Loureiro*): **78.300,00€** (setenta e oito mil e trezentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
- b) **LOTE 2** (*Projeto de execução para reabilitação, requalificação e ampliação da EB 2,3 Dr. José Pereira Tavares*): **43.900,00€** (quarenta e três mil e novecentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
- c) **LOTE 3** (*Projeto de execução para reabilitação e requalificação e ampliação da EB 2, 3 de Carregosa*): **40.780,00€** (quarenta mil, setecentos e oitenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
- d) **LOTE 4** (*Projeto de execução para reabilitação e requalificação e ampliação da EB 1 Fonte Joana*): **49.300,00€** (quarenta e nove mil e trezentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
- e) **LOTE 5** (*Projeto de execução para reabilitação e requalificação e ampliação da EB1 de Ossele*): **48.500,00€** (quarenta e oito mil e quinhentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

CLÁUSULA 3.ª (CONTRATO)

Nos termos do disposto no número 1 do artigo 7.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, será celebrado contrato escrito.

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão





Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

competente para a decisão de contratar;

- b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c)** O presente caderno de encargos;
- d)** A proposta adjudicada;
- e)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 4.ª (OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações:

- a)** prestação de serviço em conformidade com as características/especificações e requisitos técnicos previstos na cláusula 1ª.
- b)** a título acessório, designadamente, a recorrer a todos os meios que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

- c) respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
- d) Por força, remissão e dever legal resultante do artigo 42º, n.º 13, conjugado com o n.º 2 do artigo 451º, do CCP, é condição obrigatória, sempre que aplicável, dar cumprimento e demonstrar pelos meios adequados, que os trabalhadores afetos, respeitam de forma estrita o estabelecido no artigo 419º- A do CCP, sob pena de poderem vir a ser aplicadas as contraordenações (muito graves) previstas na alínea f) do artigo 456º do CCP.

CLÁUSULA 5.ª (PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. O período de vigência da presente prestação de serviços inicia-se *após publicitação do contrato no portal da Internet dedicado aos contratos públicos* e termina com a conclusão das empreitadas.
2. A presente prestação de serviços resulta ainda do cumprimento de todas as obrigações por parte do adjudicatário resultantes da sua proposta, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o valor previsto no contrato, este extingue-se sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

CLÁUSULA 6.ª (ENTREGA DO SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO)

1. Os projetos objeto deste contrato devem ser entregues ao Gestor do Contrato.
2. A unidade de apresentação do prazo de resposta para efetivação do serviço deverá ser expresso em **dias seguidos**, não podendo, em caso algum, exceder os limites abaixo mencionados.

LOTE 1 (*Projeto de execução para reabilitação, requalificação e ampliação da EB 2, 3 de Loureiro*)

- **45 (quarenta e cinco) dias seguidos** para apresentação do estudo prévio;
- **10 (dez) dias seguidos** para apresentação de correções ao estudo prévio (se necessário);

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

- **30 (trinta) dias seguidos** para apresentação do anteprojeto;
- **10 (dez) dias seguidos** para apresentação de correções ao anteprojeto (se necessário);
- **45 (quarenta e cinco) dias seguidos** para apresentação do projeto de execução;
- **5 (cinco) dias seguidos** para apresentação de eventuais correções ao projeto de execução, resultantes da apreciação que cada uma das entidades responsáveis pelas aprovações das respetivas especialidades tenha feito ao mesmo, a contar da data de comunicação da mesma.

LOTE 2 (*Projeto de execução para reabilitação, requalificação e ampliação da EB 2,3 Dr. José Pereira Tavares*)

- **45 (quarenta e cinco) dias seguidos** para apresentação do estudo prévio;
- **10 (dez) dias seguidos** para apresentação de correções ao estudo prévio (se necessário);
- **30 (trinta) dias seguidos** para apresentação do anteprojeto;
- **10 (dez) dias seguidos** para apresentação de correções ao anteprojeto (se necessário);
- **45 (quarenta e cinco) dias seguidos** para apresentação do projeto de execução;
- **5 (cinco) dias seguidos** para apresentação de eventuais correções ao projeto de execução, resultantes da apreciação que cada uma das entidades responsáveis pelas aprovações das respetivas especialidades tenha feito ao mesmo, a contar da data de comunicação da mesma.

LOTE 3 (*Projeto de execução para reabilitação e requalificação e ampliação da EB 2, 3 de Carregosa*)

- **45 (quarenta e cinco) dias seguidos** para apresentação do estudo prévio;
- **10 (dez) dias seguidos** para apresentação de correções ao estudo prévio (se necessário);
- **30 (trinta) dias seguidos** para apresentação do anteprojeto;
- **10 (dez) dias seguidos** para apresentação de correções ao anteprojeto (se necessário);



Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

- **45 (quarenta e cinco) dias seguidos** para apresentação do projeto de execução;
- **5 (cinco) dias seguidos** para apresentação de eventuais correções ao projeto de execução, resultantes da apreciação que cada uma das entidades responsáveis pelas aprovações das respetivas especialidades tenha feito ao mesmo, a contar da data de comunicação da mesma.

LOTE 4 (*Projeto de execução para reabilitação e requalificação e ampliação da EB 1 Fonte Joana*)

- **30 (trinta) dias seguidos** para apresentação do estudo prévio;
- **5 (cinco) dias seguidos** para apresentação de correções ao estudo prévio (se necessário);
- **20 (vinte) dias seguidos** para apresentação do anteprojecto;
- **5 (cinco) dias seguidos** para apresentação de correções ao anteprojecto (se necessário);
- **30 (trinta) dias seguidos** para apresentação do projeto de execução;
- **5 (cinco) dias seguidos** para apresentação de eventuais correções ao projeto de execução, resultantes da apreciação que cada uma das entidades responsáveis pelas aprovações das respetivas especialidades tenha feito ao mesmo, a contar da data de comunicação da mesma.

LOTE 5 (*Projeto de execução para reabilitação e requalificação e ampliação da EB1 de Ossela*)

- **30 (trinta) dias seguidos** para apresentação do estudo prévio;
- **5 (cinco) dias seguidos** para apresentação de correções ao estudo prévio (se necessário);
- **20 (vinte) dias seguidos** para apresentação do anteprojecto;
- **5 (cinco) dias seguidos** para apresentação de correções ao anteprojecto (se necessário);
- **30 (trinta) dias seguidos** para apresentação do projeto de execução;



CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

- **5 (cinco) dias seguidos** para apresentação de eventuais correções ao projeto de execução, resultantes da apreciação que cada uma das entidades responsáveis pelas aprovações das respetivas especialidades tenha feito ao mesmo, a contar da data de comunicação da mesma.
3. Todas as despesas e custos com o envio dos projetos objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega, são da responsabilidade do prestador de serviços.

SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E, SE APLICÁVEL, PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM

CLÁUSULA 7.^a (OBJETO DO DEVER DE SIGILO)

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Oliveira de Azeméis, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 8.^a (PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

1. As partes contratantes estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), adiante designado RGPD, sendo Município de Oliveira de Azeméis responsável pelo tratamento de dados e a entidade adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.ºs 7 e 8 do artigo 4º, do n.º 1 do artigo 24º e do n.º 1 do artigo 28º do referido regulamento; das respetivas normas nacionais de execução e, se aplicável, de outras leis relevantes em matéria de proteção de dados.



Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

2. Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6º do RGPD, e para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrita:

a) O Município de Oliveira de Azeméis poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

b) A entidade adjudicatária é responsável por garantir os cumprimentos das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos quando aplicável.

3. Os dados não devem ser copiados, reproduzidos, mantidos em qualquer banco de dados, armazenados em qualquer sistema de recuperação ou transmitidos sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrónico, mecânico, fotocopiado, gravação ou outro, ou cedidos a terceiros sem o consentimento prévio por escrito do Município de Oliveira de Azeméis.

4. A entidade adjudicatária assume e declara que:

a) No tratamento dos dados pessoais obedecerá às instruções documentadas do responsável pelo tratamento, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;

b) Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

c) Adota todas as medidas de segurança técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais contra qualquer processamento, dano ou destruição ilícita, designadamente:

- i. a pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;



CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

- ii. a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- iii. capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
- iv. dispõe de processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- v. apenas contratará outro subcontratante se o Município de Oliveira de Azeméis o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao responsável pelo tratamento a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento nos termos do n.º2 do artigo 28º do RGPD;
- vi. prestará assistência ao responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- vii. prestará assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32º a 36º do RGPD, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;
- viii. dependendo da opção do responsável pelo tratamento, apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
- ix. disponibilizará ao responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor para este mandatado;
- x. compromete-se a informar imediatamente o responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados, nomeadamente a Lei 58/2019, de 08 de agosto.



CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

5. O cumprimento de um código de conduta ou de um procedimento de certificação poderá ser utilizado como elemento para demonstrar o cumprimento de todas estas obrigações.
6. O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de conformidade é fundamento de resolução do contrato com justa causa, podendo implicar o dever de indemnização ao município por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

CLÁUSULA 9.ª (PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM (A CONSIDERAR SE APLICÁVEL))

1. A entidade adjudicatária, no que respeita à criação original e produção dos bens e/ou serviços a adquirir no âmbito do presente caderno de encargos já identificados assegura o cumprimento das normas de direito europeu e de direito português, relativas à proteção do direito de autor e dos direitos conexos, respeitando os direitos morais e patrimoniais dos titulares, designadamente no que respeita à obtenção de todas as autorizações necessárias e definição das condições contratuais.
2. Quanto ao direito de imagem, a entidade adjudicatária assegura o cumprimento, designadamente do disposto no artigo 79º do Código Civil e dos artigos 164º a 167º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC), sem prejuízo da demais legislação aplicável, designadamente no que respeita à obtenção de todas as autorizações expressas necessárias e definição das condições contratuais.
3. Constituem propriedade originária da entidade adjudicante, todos os direitos de propriedade intelectual relativos aos bens e/ou serviços objeto do presente caderno de encargos e identificados na cláusula 1ª, incluindo o direito exclusivo de todas as formas de exploração, sem qualquer restrição, durante o prazo de proteção definido na lei.

SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

CLÁUSULA 10.ª (PREÇO CONTRATUAL)

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Oliveira de Azeméis deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.





CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

CLÁUSULA 11.ª (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)

1. A(s) quantia(s) devida(s) pelo Município de Oliveira de Azeméis, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) num prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Oliveira de Azeméis das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, salvo se estabelecida condição de pagamento distinta desta no contrato, não podendo em qualquer caso esta exceder os 60 (sessenta) dias.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação do serviço objeto deste contrato, devendo o concorrente fazer menção expressa do prazo de pagamento que pretende ver executado no decurso da execução do contrato.

Para efeitos de faseamento e tendo em conta o disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, considera-se, para todos os lotes, a seguinte percentagem:

- Com a entrega e aprovação do estudo prévio - **30%**
- Com a entrega e aprovação do anteprojecto - **20%**
- Com a entrega e aprovação do projecto execução - **40%**
- Com o término da assistência técnica - **10%**

3. Em caso de discordância por parte do Município de Oliveira de Azeméis, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. As condições de pagamento deverão ser apresentadas e estabelecidas pelo próprio concorrente na sua proposta, de forma expressa e inequívoca.

Não são aceitáveis condições de pagamento do tipo “a combinar” ou similares.





CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

5. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar, nos termos do artigo 292º, do CCP.

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 12.ª (PENALIDADES CONTRATUAIS)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Oliveira de Azeméis pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento dos prazos de prestação do serviço objeto do contrato, até 10% do valor do contrato, por cada período de 15 dias atraso;

NOTA: Nos casos em que se obtenha, a título de penalidade, um valor superior aos limites definidos no artigo 329.º, do C.C.P., será este último o valor máximo aplicável.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do prestador de serviços, o Município de Oliveira de Azeméis pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor global do contrato.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Oliveira de Azeméis tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. O Município de Oliveira de Azeméis pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Oliveira de Azeméis exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 13.ª (FORÇA MAIOR)





Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.





CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 14.^a (RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO)

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Oliveira de Azeméis pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

CLÁUSULA 15.^a (FORO COMPETENTE)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 16.^a (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL)

1. A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos previstos no CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para resolução do contrato, aquele cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 17.^a (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)

Em tudo omissos neste caderno de encargos, observar-se-á o estatuído no Código dos Contratos Públicos e na demais legislação aplicável.

